



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

ATA CPJ N°. 08, DE 28 MAIO DE 2010.

**08/2010 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES
DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO AMAZONAS.**

Aos vinte e oito (28) dias do mês de maio do ano de dois mil e dez (2010), às 09:00 horas e 33 minutos (09h33min), no edifício sede do Ministério Público do Estado do Amazonas, sito na Av. Cel. Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, nesta cidade de Manaus, Estado do Amazonas, teve início a Sessão Extraordinária do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas. **Presentes** o Procurador-Geral de Justiça, **Dr. Pedro Bezerra Filho**, e, em consonância com o que preconiza a Resolução n°. 017/09-CPJ, os seguintes Procuradores: **Evandro Paes de Farias, Cristóvão de Albuquerque Alencar Filho, Rita Augusta de Vasconcellos Dias, Alberto Nunes Lopes, Flávio Ferreira Lopes, João Bosco Sá Valente, Sandra Cal Oliveira, Carlos Antonio Ferreira Coêlho, Noeme Tobias de Souza, Adalberto Ribeiro de Souza, Maria José da Silva Nazaré, Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Jussara Maria Pordeus e Silva e Públio Caio Bessa Cyrino.** **Ausentes**, justificadamente, os Procuradores: **Otávio de Souza Gomes** (Evento JF/TCE-AM/TJ-AM); **Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos** (Férias – Portaria n°. 0266/2010/PGJ); **Suzete Maria dos Santos** (Curso de Inteligência); **Nicolau Libório dos Santos Filho** (Reunião – Portaria n°. 0713/2010/PGJ); **Maria José Silva de Aquino** (participando de uma Sessão); **José Roque Nunes Marques** (Curso – Resolução n°.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

0487/2010/PGJ); **Antonina Maria de Castro do Couto Valle** (Em Sessão Extraordinária do TJ). **II – Leitura, discussão, aprovação e assinatura da ata da sessão anterior:** o Sr. Presidente informou que não há Ata para aprovação. **III – Leitura do expediente e comunicações do Presidente:** iniciando a sessão, o Sr. Presidente saudou a todos e lembrou que esta é a uma continuação da reunião anterior do Colégio de Procuradores e como não foi possível deliberar em função da Pauta, sobre o Planejamento Estratégico Institucional, este assunto será decidido nesta Sessão. **IV – Comunicações dos membros:** em seguida, o Sr. Presidente passou a palavra ao Procurador **João Bosco Sá Valente** que indagou sobre a decisão feita há 3 (três) semanas, pela extinção da entrância intermediária, para acomodar algumas situações que estavam dificultando a operacionalização da movimentação de Promotores, notadamente os recém ingressos e desta reunião ofereceu-se o Ante-projeto de Lei que deveria ser encaminhado à Assembleia Legislativa, no prazo de 15 (quinze) dias para que essa questão fosse decidida de uma vez por todas. Parece que este prazo já venceu e segundo informações que tem obtido através dos interessados que fazem gestão junto ao Gabinete do Procurador Geral, a matéria está sob análise. Deseja saber se tudo aquilo que se fez aqui, naquela demorada reunião, necessita que se faça em cima do que o Colégio já decidiu, algum tipo de estudo, para que a proposta de legislação seja encaminhada à Assembleia Legislativa de modo que rapidamente se pudesse resolver essa questão. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que o Dr. Reinaldo está lhe passando a informação de que a demora deve-se primeiro ao estudo do impacto financeiro e segundo à exposição de motivos. O projeto já está pronto, tendo como base inclusive a sugestão oferecida pelo Procurador João Bosco Sá Valente e crer que segunda ou terça-feira, o mais tardar, isto já esteja sendo encaminhado para a Assembleia Legislativa. Retomando a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** que em respeito às decisões deste Colegiado, se cumpra aquilo que rigorosamente foi decidido, as demais questões lhe parecem que tem que ter comunicadas, lhe parece que o estudo de impacto econômico e financeiro não impede o encaminhamento da legislação para a Assembleia, é uma outra questão, para que o Colégio não seja desprestigiado, depois de uma Sessão demorada, como aquela realizada



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

há 3 (três) semanas atrás. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que segundo o Dr. Reinaldo, segunda ou terça-feira estará sendo enviado à Assembleia Legislativa. Com a palavra, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** afirmou que não estava presente à Sessão que deliberou sobre este assunto e questionou se não tinha diferença salarial nas entrâncias dos Promotores, da última entrância haverá aumento, então? Respondendo, o Sr. Presidente informou que sim, há uma diferença de 10% (dez por cento). Prosseguindo, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** questionou se eles terão aumento de salário, já que acabou essa entrância intermediária? Respondendo, o Sr. Presidente respondeu que sim e que é por isso que há necessidade deste estudo de impacto financeiro. Com a palavra, o Procurador **Francisco das Chagas Santiago da Cruz** disse: (não foi possível registrar, em virtude do microfone encontrar-se inaudível). Prosseguindo, o Sr. Presidente disse que o Dr. Reinaldo está lhe mostrando este estudo de impacto financeiro, em que há aqui um demonstrativo do que é atualmente e do que passará a ser. Com a palavra, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** afirmou que a sua dúvida é justamente essa, se quando foi votada essa questão no Colégio, se foi atentado para esse aumento de despesa, de salário para quem era da última entrância. Respondendo, o Sr. Presidente afirmou que por essa a razão a demora, em virtude da necessidade de fazer estes cálculos. Com a palavra, o Procurador **Francisco das Chagas Santiago da Cruz** disse: (não foi possível registrar em virtude do microfone encontrar-se inaudível). **V – Leitura da ordem do dia: PROCESSO PARA DELIBERAÇÃO: Processo nº. 371.751/2010/PGJ. Assunto:** Documento-piloto do Planejamento Estratégico Institucional para o período 2010-2019, elaborado pelo Comitê Consultivo Interno, constituído pela Portaria nº. 098/2010/PGJ, com assessoria da equipe de consultores da Universidade Federal do Amazonas. **Interessado(a):** Ministério Público do Estado do Amazonas. **Relator(a):** Exmo. Sr. Dr. João Bosco Sá Valente. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** questiona os ilustres membros do Colégio de Procuradores sobre a leitura da matéria que será votada e se estão habilitados a efetivamente acompanharem esse relato e a se manifestarem com base naquilo que leram. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Ferreira Coêlho solicitou que o relator fizesse uma síntese do Parecer, uma vez que ele já teve acesso bastante antecipado, bem como acompanhou o trabalho que foi desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas no auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que fará uma síntese da apresentação do seu Parecer. Após análise detida dos documentos e pesquisas feitas sobre o assunto, não achou recomendável para o documento, o nome “documento-piloto”, já que em todas as pesquisas que fez, a primeira etapa do Planejamento Estratégico é o pré-planejamento, fez crítica em relação a isso, para que se pudesse ser pertinente adequar o nome do documento, em vez de “Projeto-Piloto”, que é algo experimental, que se coloca durante um período em experimento para verificar se tem alguma funcionalidade ou não. Propôs que se troque o nome de “documento piloto” para “pré-projeto”, porque é assim que as normas técnicas indicam. A outra questão são dúvidas sérias que teve em relação à pesquisa, que envolveu os vários segmentos que compõe a estrutura orgânica da Procuradoria, notadamente em relação ao destinatário maior da nossa atividade, que é a sociedade. Em relação aos membros e servidores administrativos se identifica que houve a pesquisa, a sua dúvida é em relação à sociedade, porque o documento faz referência de forma genérica, mas não indica quem foi ouvido, como foi ouvido, indica até alguma metodologia, mas não lhe deu a certeza de que a sociedade tenha sido efetivamente consultada em relação àquilo que pensa, de como seja, de como está ou como deva funcionar o Ministério Público em relação à ela, que é a principal interessada nas atividades da Instituição, então enfatizou bastante essa questão, em relação às dúvidas no que diz respeito à pesquisa feita na sociedade. A outra questão que lhe chamou atenção, é que quando se pesquisou em relação ao corpo administrativo, os resultados foram os mais preocupantes possíveis e que precisam ser levados a sério se se quer através do planejamento estratégico, melhorar a Instituição, porque a mola propulsora, a alavanca desta Instituição não são os Procuradores, nem os Promotores, é o corpo administrativo, é ele que dá funcionalidade para a Instituição, é ele que permite que os membros desenvolvam a sua atividade e o que pode ver de todas as respostas que foram obtidas em relação à pesquisa com o corpo administrativo, foram só



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

lamentos, alguns de grave monta, aqui fala que a administração ainda mantém o sistema de “coronelismo”, da situação do apaniguamento ainda, não há o sistema de mérito, eles estão totalmente desassistidos, as condições de trabalho são as piores possíveis, então é um verdadeiro libelo acusatório em relação não a esta administração, mas historicamente às administrações que até hoje conduziram a Procuradoria Geral, então é este aspecto que lhe chamou atenção, os demais são questões eminentemente técnicas, que pode agora confrontar se for o caso, sem evidentemente partir para o embate, com a presença dos membros do Comitê que elaborou esse documento. Era isso, Sr. Presidente, se fui capaz de fazer uma síntese daquilo que esposei no relatório. Acredita que deve haver a manifestação deste Colegiado, em cima do que o relator colocou em seu voto, na sua firme suposição de que pelo menos alguns membros tenha lido a íntegra do voto e possam a partir daí gerar os seus questionamentos e depois eles entram dando as explicações que o relator não foi capaz de dar, em razão da questão eminentemente técnica. Em seguida, o Sr. Presidente informou que estão abertos às manifestações. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** afirmou que há algumas dúvidas que podem ser objetivamente dirimidas pela equipe que elaborou o trabalho da UFAM, primeiro com relação ao título do documento. Segundo a questão da pesquisa, a fonte que forneceu estes dados a respeito da visão da sociedade com relação ao Ministério Público. Agora com relação à crítica, com expressões que não sabe até que ponto representariam algum aspecto técnico, para ser examinado como “coronelismo” e outras coisas mais, acha que isto aí independe de esclarecimento, ver o que se pode aproveitar objetivamente. Com a palavra, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** afirmou que leu o relatório detidamente, do início até o fim. Considerando que este documento foi lido há quase um mês atrás, solicitou do relator, os seguintes esclarecimentos: as alterações sugeridas em síntese são as mudanças do nome de “documento piloto” para “Pré-Projeto” e também que se coloque num linguajar mais simples, a definição das metas, no período de duração de todo o planejamento. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que os objetivos denominados estratégicos, eles foram estabelecidos de forma muito genérica, em relação principalmente a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

nossa atividade específica, de modo que a execução deste planejamento em relação a nossa atividade ficaria muito dificultada por essa generalidade, digamos até conceitual que se expressou no documento elaborado pelo Comitê. Detectou algumas generalidades especialmente a atividade que desenvolve dentro da Coordenadoria do Crime Organizado e também sem discrepar muito daquilo, algumas questões de natureza conceitual, ou seja, de metodologia, que achou mais pertinente que fosse aplicada e aí depois entraria o pessoal do Comitê para ver se realmente estas diferenças conceituais ou metodológicas persistem ou se são visões diferentes à cerca dos mesmos fenômenos. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antônio Ferreira Coêlho** afirmou que a instabilidade jurídica que vive-se no País acarreta uma série de consequências, por exemplo, nessa questão do planejamento estratégico, o Dr. Bosco falou a respeito da necessidade de especificação, sobretudo em relação à Coordenadoria que ele exerce e antes de ontem, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Congresso, o ante-projeto de modificação do Controle Externo da Atividade Policial, que deixará, se aprovado for e a tendência é que seja, de ser exercida pelo Ministério Público e será exercida por um Conselho Nacional, então tudo aquilo que se planejou, praticamente já ficará defasado, de igual ordem, a gente tem também conhecimento, de que há uma tendência muito forte para esvaziar a atuação do Ministério Público com relação ao procedimento investigatório, em outras palavras, bem claro, há uma tendência de se vedar que o Ministério Público venha a fazer investigações, com isso esvazia o próprio órgão a que pertence o Dr. Bosco, nacionalmente, o GNCOC, que trabalha com inteligência, então essa instabilidade jurídica que se vivencia no País, sobretudo no momento atual, que antecede as eleições, tudo aquilo que se vai planejar, já se deve estar preparado para as modificações que deverão advir, então muitas coisa que nós votaremos agora, certamente não terá eficácia se confirmarem-se os prognósticos de que essas modificações irão ocorrer. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** sugeriu que se passasse a ouvir o Comitê, exatamente porque lhe parece que essas questões serão bem esclarecidas, ganha-se no planejamento estratégico, exatamente por esse caráter mais abstrato e mais genérico, do que o concreto, ganha-se muito



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

mais em função desse problema prático que o Dr. Carlos Coêlho coloca, porque se transformar o Planejamento Estratégico em ações concretas e objetivas, irão esbarrar nestas situações, quando você está no campo mais genérico, além de você ter a margem prevista no próprio planejamento de revisões, você pode adequar às mudanças conjunturais que vão acontecer, então sugeriu que se passe a ouvir o Comitê Estratégico agora. Com a palavra, o Sr. Presidente afirmou que os membros do Comitê quando fizerem a exposição do seu trabalho, devem se ater a questões específicas do que forem abordadas nesta reunião. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que quer evitar que se faça uma abordagem sobre conceitos e que se trabalhe em cima daquilo que está na sua manifestação e que possa eventualmente estar em desacordo com a proposta original. Alguns aspectos pontuais que são objetos da minha manifestação e que indicou como aspectos muito generalizantes e que viabilizaria a atividade da área criminal, em razão dessas mutações muito rápida de algumas situações que estão relacionadas com a atividade criminal. Com a palavra, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** afirmou que quando chegar na etapa de definição de metas e indicadores institucionais com certeza isto vai ser efetivamente discutido com todos os membros da Instituição, porque nós estamos em uma fase anterior, é isto Dr. Bosco? Respondendo o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que sim. Com a palavra, o Sr. Presidente convidou os membros da Comissão para que fizessem a sua manifestação. Prosseguindo, o Procurador **João Bosco Sá Valente** procedeu a leitura de um trecho do seu Parecer, constante às páginas 17, com o seguinte teor: “que a seu ver justifica a sua observação em relação às questões que entendeu genéricas: Cabe ressaltar que um ente administrativo terá sempre múltiplos objetivos que envolvem todas as áreas de seu funcionamento, tais como: objetivo de posição no cenário das instituições; objetivos de inovação; objetivos de produtividade, eficiência e qualidade; objetivos de resultados; objetivos de custos. Portanto, o planejamento estratégico não deve contemplar apenas os objetivos estratégicos como consta do “documento-piloto”, sob pena de se estabelecer despropositada confusão entre o planejamento e os objetivos estratégicos. O planejamento estratégico deve comportar também os objetivos não



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

estratégicos, regulares. No caso, o primeiro é o continente, o segundo, o conteúdo. No caso específico do “documento-piloto” *sub examine*, tem-se que o que se encontra relacionado no item referente aos Objetivos Estratégicos, às fls. 14 do documento do Comitê, constituem na verdade objetivos regulares alguns dos quais são atribuições regulares dos membros do Ministério Público, dentro das suas respectivas área de atuação. Outras indicações, identificadas no documento como objetivos estratégicos, pecam pela generalidade, no caso, o item referente ao combate à criminalidade. O combate à criminalidade, só para argumentar, visto o crime na sua concepção convencional, constitui objetivo regular das Promotorias Criminais, mais do que isto, constitui na verdade **função, atribuição** do Promotor de Justiça que atua na área criminal”. Prosseguindo, o Sr. Presidente disse: vamos então as decisões, primeiro a questão da conceituação de: “Projeto-Piloto” para “Pré-Projeto”; Oitiva da Sociedade, como se deu esta pesquisa; Questionamento dos servidores como bem disse o Dr. Carlos Coêlho é uma questão a ser vista em outro momento e os aspectos pontuais, o Planejamento Estratégico é diferente de Objetivos Estratégicos, objetivos e funções regulares de membros e generalidades. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que o documento que inicialmente lhe foi disponibilizado era incipiente para qualquer apreciação em relação a um Planejamento Estratégico com a dimensão que qualquer planejamento tem, lhe apresentaram apenas as transparências os “slides”, no “data shows”, para que ele se manifestasse, evidentemente não haveria a menor possibilidade. Fez gestão junto à Comissão e obteve alguns documentos, não sabe se obteve todos, quer crer que sim. O que lhe preocupa mais é que este planejamento ainda não está acabado, ainda falta a quarta, última e mais importante etapa deste trabalho, então nem sabe se seria pertinente já a manifestação deste Colegiado, se o planejamento ainda vai alcançar sua etapa mais importante, que lhe parece é a quarta etapa, então significa que daqui há algum tempo, este Colégio terá que se reunir novamente para apreciar o documento na sua concepção final, acha que o Comitê pode esclarecer muito bem esta situação. Com a palavra o servidor **Francisco Edinaldo Lira de Carvalho**, agradeceu a oportunidade e informou que como Diretor de Planejamento da



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

PGJ, participou efetivamente de todos os processos de elaboração deste documento-piloto, acompanhou junto ao Dr. João Bosco as respostas que requereu à Comissão, elaborou uma apresentação, mas acha que não será pertinente, até para ganhar tempo e terá a apresentação do Prof. Cláudio Frota que foi o técnico da Universidade Federal que coordenou as atividades junto com a equipe do Ministério Público e que poderá dirimir qualquer questionamento. Com a palavra, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota**, louvou a ousadia do Ministério Público em pela primeira vez implantar um processo de Planejamento Estratégico, que não é algo acabado, ele é um processo, ele é vivo, como bem foi colocado aqui, algumas ações novas vão surgindo e precisa contemplar também tudo aquilo que for novo, ou seja, ele uma vez lançado não morre jamais, ele precisa ser alimentado constantemente, então como um processo ele não morre. Quanto à troca do nome de “Projeto-Piloto” para “Pré-Projeto”, concorda plenamente com o nobre relator, mas no momento em que apresentaram, que foi um trabalho feito por um grupo bastante aguerrido, alguns dos quais aqui presentes, este trabalho foi apresentado em dezembro para que fosse apreciado previamente sem antes passar pelo Colégio, por isso que chamam de Piloto, depois é que viria um Pré-Projeto, então o que foi apresentado e o Procurador João Bosco apresentou muito bem, com bastante propriedade, é apenas uma parte, é a parte filosófica do Planejamento, mas é esta parte filosófica que é fundamental para que nós possamos traçar as metas e as ações do nosso Ministério Público para os anos vindouros, então concorda plenamente com o nobre relator, que na atual situação, nós mudemos de “Projeto-Piloto” para “Pré-Projeto”. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que até porque o Pré-Projeto existe, está no corpo do documento que o Comitê elaborou, a sua sugestão é que se abandone a denominação de “projeto-piloto” e se estabeleça aquilo que o próprio documento já estabeleceu, que é a etapa do pré-diagnóstico que está incorporado no próprio documento que o Comitê elaborou. Com a palavra, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota** afirmou que concorda plenamente com o posicionamento do Procurador João Bosco. Quanto à dúvida com relação a pesquisa da sociedade, foi feita uma pesquisa interna extremamente abrangente, no auditório Carlos Alberto Bandeira de Araújo e que houve



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

uma participação maciça da comunidade interna, ou seja dos servidores do nosso Ministério Público e este documento gerou um relatório que espelha àquela altura a realidade do Ministério Público que foi inclusive colocado durante uma apresentação junto ao Procurador Geral e os membros da Procuradoria e que nós mostrávamos que embora alguns pontos necessitassem de uma visão um pouco mais com lupa para se trabalhar, como por exemplo, a questão do implantação de um “*endomarketing interno*”, para motivar mais os administrativos, algumas questões pontuais que podem ser perfeitamente trabalhadas, mas analisando o relatório como um todo você vê e foi colocado ao Procurador Geral que a situação não é tão difícil no Ministério Público do Estado do Amazonas, observação de quem já tem 20 (vinte) anos que trabalha com planejamento estratégico, as coisas aqui estão muito fáceis de solucionar, nós estamos aqui com a “faca, o queijo e a goiabada” na mão, falta somente fatiar e fazer a famosa “Romeu e Julieta”. Quanto à pesquisa feita à sociedade, a clientela interna foi bastante abrangente e a sociedade em geral, foram em todas as áreas, abordaram as pessoas, foram extremamente bem recebidos pelos Promotores que estavam de plantão, em toda a Manaus, todas as Comarcas do Interior foram consultadas, como nós não podíamos estar presente, a área de planejamento encaminhou a pesquisa com uma orientação bem clara como deveria ser conduzido, então nós recebemos também este “*feedback*” das sociedades onde existem Comarcas no Interior, utilizando a internet e isto gerou um outro relatório e a sociedade confia plenamente no nosso Ministério Público, isto foi muito bem colocado, quando nós ponderamos a estatística e várias pessoas colocaram a seguinte frase, não está “*ipsis litteris*” o que nós ouvimos “o Ministério Público talvez seja a última saída que nós encontramos para resolver os nossos problemas”, isto nós ouvimos aqui em baixo, na portaria com as pessoas que estavam aguardando, ouvimos em outras unidades que o Ministério Público possui, então isto particularmente nos deixou deverás feliz, agora a amostra não foi bem significativa porque deveria realmente haver uma participação bem maior da sociedade, mas como nós trabalhamos com dados estatísticos, o que nos interessa não é a quantidade e sim a qualidade das respostas que nós recebemos. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que gostaria de fazer uma observação no sentido de contribuir com o trabalho, baseado em um dado fundamental, que envolve a atividade do Poder Judiciário brasileiro e do Ministério Público Brasileiro e por conta do que faz os 2 (dois) Conselhos. Em todas as audiências públicas feita no ambiente social, não só no ambiente interno, mas no ambiente social, ou seja, vendo-se este como destinatário das ações tanto do MP quanto do Judiciário, usando-se metodologias específicas desta finalidade, os indicativos não foram muito bons em relação àquilo que a sociedade pensa do Judiciário e do Ministério Público, somente no que diz respeito a um evidente distanciamento das instituições que são poderes do Estado, construídos com a finalidade de se aproximar do cidadão para resolver aqueles problemas específicos em relação à atividade de cada um, então há um evidente distanciamento, em algumas situações muito mais graves lá no Judiciário do que no Ministério Público se mostra como uma verdadeira muralha intransponível, inexpugnável, é o aceso da sociedade ao Judiciário e numa situação de menor monta, mas também grave, em relação ao Ministério Público é uma coisa que precisa ser melhorada em qualquer planejamento estratégico, isto precisa ser auscultado muito bem, usando-se a metodologia bastante específica, para que se saiba como a sociedade enxerga o Ministério Público, não é só perguntar, porque isto a gente já sabe, que o Ministério Público é uma das instituições mais confiáveis depois da Igreja, depois da OAB, a gente estar lá, agora, estas situações elas não são muitos confiáveis, porque elas estão ali permeadas por algum corporativismo, por uma motivação política, enfim, contingencial, nos colocam bem nestas pesquisas, a gente que opera o direito, a gente que faz o trato diretamente com a sociedade, a gente sabe que são meias verdades, de que precisa a sociedade realmente dizer o que ela pensa, como ela pensa o Ministério Público, quais são os seus anseios em relação ao Ministério Público e isto não ficou muito claro na minha cabeça pelo que eu não pude obter na pesquisa, não criticou a pesquisa, apenas suscitou a sua dúvida em relação à ausência ou a incipiência neste documento desse indicativo em que pudesse dizer, a sociedade pensa o Ministério Público desta forma, talvez os senhores tenham feito esta pesquisa, em vários seguimentos, mas não lhe ficou claro o tipo de metodologia e as respostas que a sociedade deu



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

em relação a estes questionamentos, de modo que talvez esse fosse um ponto a ser mais esclarecido ou se for o caso melhor trabalhado no documento final. Com a palavra, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota** informou que a pesquisa foi feita da seguinte forma: de um total de 156 (cento e cinquenta e seis) membros, trabalharam com uma amostra de 50 (cinquenta). Servidores, trabalharam com uma população de 238 (duzentos e trinta e oito) e uma amostra de 176 (cento e setenta e seis), portanto, membros, trabalharam com uma amostra de 32% (trinta e dois por cento), e servidores com 73% (setenta e três por cento). Na sociedade foi feita uma série de perguntas, como metodologia adotada, tendo em vista os objetivos elencados, foi elaborado um instrumento de pesquisa de forma a levantar os dados em análise, isto foi feito no mês de agosto de 2009. Foi discutida juntamente com os representantes da instituição, do grupo, uma para que o instrumento a ser utilizado no diagnóstico externo apresentasse a maior realidade possível do que a sociedade espera do Ministério, a ideia foi dividir o questionário em 3 (três) partes, na primeira seriam propostas questões para o levantamento do perfil do respondente, ou seja, o grau de instrução, onde reside; na segunda parte, o levantamento das percepções quanto à imagem que eles possuem do Ministério Público. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que nas estruturas orgânicas dos MPs, hoje nós temos as Ouvidorias, que é um referencial dessa aproximação da sociedade com o Ministério Público. Estatisticamente se você pegar não só a nossa Ouvidoria, mas a Ouvidoria de qualquer Ministério Público brasileiro, salvo algumas exceções, observa-se que é ridículos os dados estatísticos em relação às pessoas que procuram a Ouvidoria para fazer qualquer tipo de reclame em relação ao que ela pensa do Ministério Público, ou seja, para que aquilo seja a caixa de ressonância das suas necessidades em relação àquilo que ela espera do Ministério Público, então esse é o dado indicativo, não sabe se ao ensejo da elaboração deste trabalho, a nossa Ouvidoria já tinha sido estruturada no sentido de que pudesse obter algum dado estatístico, a Ouvidoria não é um órgão interno, ela não é um fim em si mesma, ela tem o condão de ser um canal entre a Instituição e a sociedade e dali se pode extrair alguns dados para orientar a pesquisa e a orientação de um planejamento estratégico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Prosseguindo, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota** informou que o Comitê envolveu um total de 85 (oitenta e cinco) pessoas que responderam, houve aquelas pessoas que responderam parcial ou não responderam nada, as pessoas foram deixadas a vontade, então foram aprovadas integralmente 85 (oitenta e cinco) pessoas, 44% (quarenta e quatro por cento) foram homens, 56% (cinquenta e seis) foram mulheres, a maioria, 63% (sessenta e três por cento) entre 26 (vinte e seis) e 50 (cinquenta) anos, dentro desta faixa. Procuraram abordar as pessoas dentro do recinto do Ministério Público, nos vários locais em que o Ministério Público atua, na Zona Leste, na Zona Norte, em todas as Zonas, na Infância e Juventude e procuraram abordar a pessoa antes de ser atendida pelo Promotor de Plantão e foi colocado o seguinte: 1º.: Quanto à questão do acesso, as pessoas hoje elas sentem que acesso é facilitado porque antes o Ministério Público era centralizado e agora ele está em várias Zonas da Cidade. 2º.: Quanto à questão da possibilidade de solucionar os problemas, a grande maioria considera que o Ministério Público soluciona os problemas. Quanto à questão da demora em solucionar os problemas, alguns colocaram que realmente alguns processos demoram um pouco mais, mas que se resolve a situação. Este relatório demonstra perfeitamente que o Ministério Público vem atendendo a sociedade, agora nada está acabado, tudo pode ser melhorado, razão pela qual tudo aquilo que vier a agregar para se colocar no planejamento, será bem vindo. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** fez duas observações no sentido de colaborar, nós não podemos entender que certos tipos de seguimentos sociais possam ser excluídos desta pesquisa, que a gente só considere as pessoas que estão fora, por exemplo, o ambiente carcerário tem que ser pesquisado, ele é importante para o Ministério Público, nós temos que saber o que a população carcerária pensa do Ministério Público, não foi a toa que o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho do MP fizeram incursões dentro do sistema para resolver a questão do abarrotamento de processos de pessoas que estão presas há mais tempo, enfim, este seguimento tem que ser auscultado também, porque apesar de eles estarem lá com alguns direitos suprimidos, em função do crime que eles praticaram, eles continuam sendo cidadãos com todos os demais direitos preservados, portanto nenhum planejamento estratégico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

pode esquecer esse seguimento, até por uma questão de respeito aos direitos humanos. A outra questão diz respeito aos deficientes físicos, no que diz respeito a 2 (dois) tipos de acessibilidade, em sentido amplo, da aproximação do Ministério Público com este seguimento, a ordem tem que ser essa, não pode o MP ficar estático em uma redoma, esperando que o deficiente procure para estabelecer os seus reclamos, nós temos que nos aproximar deles, talvez essa seja a situação que historicamente vem dificultando o acesso, é que a gente espera que ele venha a nós, quando a gente poderia ir a ele. Mencionou o caso de pessoas que são da sua relação de amizade, que são deficientes físicos e que questionam que não vêm ao MP porque não tem nem como entrar no prédio, como chegar ao segundo andar, então é questão de acessibilidade *strictu sensu*, de adaptar dentro de um planejamento o prédio a todas estas situações, que estabeleçam garantias para que o idoso e deficiente tenham acesso ao prédio, para estes seguimentos que regularmente são esquecidos e vai só no ambiente externo, composto de pessoas regulares, de pessoas que podem se movimentar. Com a palavra, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota** afirmou que existe um item dentro do planejamento, que é uma diretriz de aproximar o Ministério Público à sociedade, que contempla essas demandas da sociedade. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** afirmou que quaisquer das ciências a realidade não é antológica, a realidade não existe ali, ela é um constructo, ela é um produto de construção da interferência do homem e que interfere na construção da sociedade, a partir de “n” fatores, desde o ideológico, ele tem que tentar fazer uma assepsia teórica que é muito difícil e quase impossível, até os fatores externos que influenciam nisso, então uma pesquisa não espelha a realidade, ela é um elemento para ser construída uma leitura de uma realidade, este é o ponto número 1 (um), porque quem responde, responde por uma série de motivos, não pode dizer que este copo está lindo e maravilhoso, mas ele está meio vazio, o outro pode dizer que este copo está lindo e maravilhoso, mas está quase cheio e por aí vão a fora as formas de cada um manifestar a sua impressão e o leitor das entrevistas e das pesquisas também não é neutro, ele precisa fazer mais uma vez assepsia para encontrar quais são as ferramentas de leitura de análise científicas que vão lhe permitir construir este objeto da realidade, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que me parece esse planejamento pretende é criar as ferramentas do ponto de vista da ciência e da metodologia, capazes de fazer a leitura dos dados, das informações que a gente possa interferir nesta construção do real e mudar o real. O que o Dr. Bosco está colocando é uma ansiedade que todos nós temos, porque fatos notórios e públicos, aprendemos isto na escola do direito, independem de provas, permita-me Dr. Bosco, eu não iria consultar o sistema carcerário para saber o que eles pensam do Ministério Público, eu sei o que eles pensam do Ministério Público, da mesma forma que a gente sabe o que milhares de pessoas pensam, uns que pensam muito bem e uns que pensam muito mal, os que não sabem qual é o papel do Ministério Público, qualquer resposta dela a respeito da gente é parcial, ela já é fragmentada, porque ela não nos conhece e existe um item que fala como aproximar da sociedade, como esclarecer o que é o Ministério Público, que vai integrar o planejamento ao longo de 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) anos, não sei como são estes anos que a gente vai definir em relação a isso, então nós estamos já nos antecipando, porque estamos com parte de um diagnóstico da pesquisa, parte da impressão pessoal, que nós temos o direito de tê-lo, pela nossa vivência institucional de 20 (vinte) anos, etc e nós estamos juntando as duas coisas, a minha impressão pessoal, com a impressão um pouco da pesquisa que eu vi e já numa angústia de querer ter este diagnóstico que ainda não está do ponto de vista da ciência e da metodologia completo, não está construído este objeto, querendo já buscar soluções, então eu acho que a gente não precisa ter tanta angústia agora, por isso que eu tinha insistido que a gente teria de ter uma visão geral, todos os pares do Colégio não conhecem até onde chegou este planejamento, que fase ele parou, porque existem itens que vão enfrentar essas questões, agora na hora de arregaçar a manga para ir fazer, é que nós temos que estar atentos, que é na hora de construir o objeto, construir o espelho da realidade, aí não pode ficar no academicismo, na hora de dizer a nossa missão institucional é esta, mas a prioridade é esta, nós temos que defini-las e dizer como é que nós vamos interferir nesta realidade para que este objeto seja construído e mudada a realidade social e aí esta fase mais delicada que a gente tem que interferir, o Centro de Apoio e outros órgãos, vai ter um momento exato de transformar aquilo em ações concretas, em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

traduzir do ponto de vista do orçamento público, como é que aquilo vai fazer realizar, uma missão abstrata, institucional, são coisas que vão caminhar assim, por isso que eu acho que se a gente ficar, com todo respeito, questionando agora item por item, nós vamos ficar 5 (cinco) dias, 1 (um) mês, porque nós vamos colocar a nossa impressão em oposição ao que foi levantado, sem uma metodologia científica definida a respeito de como é que se constrói o objeto do ponto de vista da ciência, então eu acho que era mais eficiente se a gente tivesse uma visão primeira, ainda que rápida, geral até onde chegou este planejamento estratégico, o que ele pretende enfrentar, porque aí disse o Dr. Bosco com razão, aí sim o Colégio vai ter que se preocupar para se debruçar em cima das metas finais, em cima de traduzir no orçamento, em cima de traduzir na política externa da Instituição, aí eu repito não tem mais bandeira de candidato a Procurador Geral, a bandeira vai ser uma, cumprir o planejamento estratégico, cumprir as prioridades que estão lá dentro, no momento em que nós definirmos isso, acabou-se isso, aí vai a qualidade de cada candidato, a sua honradez de poder cumprir, fora isso o resto é balela, então quero sugerir, se não nós vamos ficar um mês aqui, questionando estes itens, que ele desse uma visão geral até onde chegou isso aí e qual a perspectiva daqui para frente para a gente construir este tão sonhado objeto científico de intervenção nossa. Com a palavra, o Sr. Presidente disse: Permita-me, Dr. Públio Caio fazer uma observação sobre a intervenção de Vossa Excelência, eu gostaria de ouvir o Dr. Bosco em relação à manifestação do Dr. Públio Caio. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que concorda plenamente com o que o Dr. Públio Caio quis dizer e concorda em parte com ele, só não concorda na parte que diz respeito que a gente deva abandonar o resultado do meu trabalho, que foi um trabalho dificultoso e se parta tão somente para a explicação do Comitê, porque eu analisei aquilo que me foi proposto analisar, não lhe foi pedido para se manifestar em termos do planejamento em linhas gerais, no seu aspecto generalizante, lhe foi formulado questões que precisou tecnicamente analisar e é sobre isso que está se reportando, concorda, acha inoportuno que se faça isso, até concorda que se faça, mas então a gente abandona tudo que produziu aqui, quer dizer que não é um especialista na área, que teve muita dificuldade de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

fazer este trabalho, fez no sentido de colaborar, como atua sempre, com a maior responsabilidade, no sentido de construir, de colaborar, agora abandonar o que fez, os detalhes do que fez aqui, do que seja a sua impressão pessoal, até pela sua ignorância no assunto, então não concorda, então se faz uma Sessão para analisar, para ouvir as explicações técnicas do Comitê e desconsidera a sua manifestação. Afirmou que fez algumas críticas ao material em si, por exemplo, alguns documentos que eles disponibilizaram, não lhe foram passado, de modo que a sua crítica foi em função disso. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** afirmou que o relatório do Procurador João Bosco, como ele bem conclui ao final, nessa fase que aí está, ele o aprova, trazendo algumas reflexões, ninguém discorda disso, o que está sugerindo é uma metodologia no momento, não é abandonar seus questionamentos, nem tão pouco seu parecer, é inverter, deixá-lo chegar até o fim para a gente poder contemplar suas colocações, senão nós vamos ver uma parte do ônibus passando, só como o cobrador que só vai de lado, nós precisaríamos olhar o que é que ele está dizendo, o que ele tem no projeto até aqui para podermos contemplar as suas considerações, porque os colegas, membros do Colégio leram o seu Parecer, mas os colegas não tiveram a visão do total do projeto para casar uma coisa com a outra, é só para ser mais harmônico, não é abandonar em momento algum o seu Parecer, nem seus questionamentos, muito pelo contrário, é para poder contemplá-lo à luz do que tem aqui e dizer, olha, os senhores realmente precisam acrescentar isto, ou corrigir isto. Com a palavra, o Sr. Presidente afirmou que no caso específico, se nós partirmos para essa sugestão, a Presidência entende que aquele questionamento que nós fizemos no início também está frustrado, ou seja, a Presidência questionou se os membros do Colégio tinham lido o relatório e todos concordaram que sim, agora se por outro lado nós dermos a oportunidade para que seja feito uma manifestação sobre todo o conteúdo feito, também vai de encontro àquela situação que nós colocamos de tentarmos dar um mínimo de dinamicidade a essa nossa reunião, a meu ver Dr. Públio Caio ficaria muito amplo fazer essa explanação. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** afirmou que é apenas para mostrar quais são os itens que serão enfrentados dentro do planejamento,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

contemplando missão institucional e demais itens, aí volta ao tema do relator, enfrenta as questões do relator e vamos vê o que tem no futuro para se fazer, seriam itens, não há necessidade de uma palestra prolongada. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou concordar em parte com o Dr. Públio Caio e diz isto em parte no seu relatório que talvez este não fosse o momento para que o Colégio apreciasse este documento, até porque ele vai passar pela etapa mais importante que seria a quarta etapa. Fez algumas críticas e foi mais enfático naquilo que observou de aspectos generalizantes, por exemplo, nos objetivos estratégicos que tem aqui, teceu algumas críticas construtivas em relação a ele, tudo que se denominou de objetivos estratégicos, na verdade são objetivos regulares que permeiam a nossa atividade, ou seja, defesa do meio ambiente da ordem urbanística e patrimonial, aí eu pergunto, não existe uma atividade regular em relação a isso? Ou essa área de atuação precisa de um planejamento estratégico para dar, por exemplo, exequibilidade àquilo que se faz, por exemplo, o combate à criminalidade, a parte que me cabe aqui, não há nenhum indicativo de como se vai estabelecer isso como planejamento estratégico, devido à forma generalizante como se colocou isso aqui, o Dr. Caio acenou com isso, se nessa quarta etapa se vai descer à minúcias de se estabelecer o que realmente se quer com objetivos estratégicos em relação ao combate à criminalidade, porque tudo o que vejo aqui são nossas atividades regulares, fortalecimento institucional, defesa do meio ambiente, combate ao crime organizado, proteção ao patrimônio, são as nossas atividades regulares e eu não vejo contemplado aqui os objetivos regulares também, o planejamento é estratégico, mas ele deve contemplar também os objetivos regulares, talvez com mais ênfase do que os estratégicos, porque a gente vive em função da nossa atividade regular, aquela que diz respeito ao nosso dia a dia, eu por uma coincidência, atuo em áreas estratégicas e não obtive do documento a segurança de que o planejamento vai contemplar a minha área com ações estratégicas, talvez pela minha falta de visão em relação à segunda etapa do documento, essa é minha crítica construtiva, porque eu não pude extrair da documentação que me foi oferecida, quer seja pela minha ignorância em relação à densidade do tema, quer seja pela insipiência da documentação a segurança de dizer não, a minha área vai ser contemplada com ações



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

estratégicas, porque ela é uma área estratégica, se não tiver planejamento estratégico na área de combate ao crime organizado, ela vai contaminar o planejamento como um todo. Com a palavra, o Sr. Presidente afirmou que o Procurador João Bosco colocou uma questão que julga relevante, talvez este não seja o momento adequado para o Colégio de Procuradores apreciar isto, sendo interessante que o referido Procurador se manifeste sobre isso. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** sugeriu que se aguarde o desenrolar dos trabalhos da Comissão para que ele alcance essa quarta etapa que lhe parece fundamental, sem que se abandone algumas sugestões já feitas aqui, insistiu que a sociedade, o ambiente externo deva ser melhor trabalhado, seja que seguimento for, mesmo aquele que o Dr. Públio Caio disse que não faria, o ambiente carcerário, porque eu sou alguém que opera os direitos humanos todo dia, toda hora, então eu não poderia concordar com o planejamento estratégico, se ele deixasse de fora qualquer seguimento da sociedade, que não fosse auscultado, só porque eu tenho uma certeza da visão que ele tem acerca da minha Instituição, eu preciso de um questionário aqui com respostas objetivas, como se fez no ambiente interno e que gerou aquela monta de descontentamento, só foi possível se saber que ao longo destes anos todo o corpo administrativo é um corpo administrativo que trabalha descontente, em todos os aspectos diga-se de passagem, isto é preocupante e tem que ser trabalhado no planejamento estratégico, porque a força motriz da instituição está insatisfeita, então o que esperar, adianta um planejamento estratégico se a base administrativa está insatisfeita, independente do tipo de expressão que se usou, de “coronelismo”, enfim, mas há evidentemente uma demonstração de descontentamento o que dificulta qualquer planejamento estratégico, qualquer ação administrativa sem resolver a questão do ambiente interno administrativo ela será frustrante. A minha sugestão é que se parasse por aqui, ou se aprovaria como indicativo para a formação de subsídios para a Comissão as minhas sugestões, se pertinente forem e aí num outro momento quando a Comissão alcançar a fase final da quarta etapa, a gente volte a discutir acho que se forma definitiva o planejamento estratégico. A minha questão é se o Colégio terá outra oportunidade de se manifestar à cerca desse trabalho. Com a palavra, o Sr. Presidente informou que o Dr. Reinaldo está lhe



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

chamando atenção para um aspecto relevante, afirmou ele que como integrante deste grupo de planejamento estratégico, de que não há possibilidade de se seguir adiante neste pesquisa, se não houver uma aprovação desta fase pelo Colégio de Procuradores, ou seja, é condição *sine qua non* para que se passe a outra fase, que o Colégio se manifeste sobre essa já realizada, então é importante que isso aconteça, agora a forma como nós vamos deliberar sobre essas questões, é que me parece que nós temos que chegar a uma conclusão. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** afirmou que é exatamente em cima disso que daria uma sugestão que lhe parece ser mais objetiva, lhe parece que o Dr. Bosco que empanam o raciocínio dele com relação às conclusões que ele vai chegar a respeito do trabalho, qual é a sugestão que me parece mais pragmática, que ele pontue quais são essas dúvidas junto à Comissão, procure as explicações adequadas e traga então já um parecer para uma próxima reunião a ser pautada, em cima de todas as dúvidas já dirimidas pela Comissão, eu só faria uma colocação para gente refletir, eu acho que deve-se buscar o meio termo entre aquilo que está colocado de uma forma muito genérica segundo a ótica do Dr. Bosco e aquilo que ele pretende que seja especificado, eu acho que detalhar demais me parece que você vai engessar e vai amarrar, porque lhe parece que a experiência lhe ditou uma coisa, quanto mais o direito é positivado, mas ele é desrespeitado, então se a gente detalhar demais e não deixar uma abertura para que se possa até adaptar com relação a eventuais mudanças que possam acontecer na ordem jurídica nacional e que vão ter reflexo no âmbito do nosso Ministério Público, eu acho que deve-se buscar o meio termo, nem deixar a coisa aberta demais de maneira que não se saiba quais são os objetivos, mas também não detalhar demais porque nós vamos acabar engessando a nossa atividade. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que há uma questão que foi superada em relação a qual não pode sequer se manifestar, ficou bastante enfático desde a reunião em que participou de uma reunião de trabalho da Comissão, que o que seria apreciado seriam os princípios filosóficos, toda a ideologia que permeia o documento e nada se disse a respeito disso, eu sequer sei qual são os princípios filosóficos que rege e que orientam, a ideologia, então talvez a gente pudesse superar essa



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

questão especificamente em cima disso, porque a propósito, eu ouvi de muitos membros da Comissão, a preocupação em relação à minha manifestação, quando houve a minha intervenção, o que o Colégio vai apreciar são só os princípios filosóficos, mas eu não tive nenhuma oportunidade porque não há nenhum indicativo de qual é a tendência que esse planejamento tome em relação a estes princípios filosóficos, se a gente está voltado, por exemplo, questão dos direitos humanos, um planejamento que esteja ali permeado pela questão eminentemente social, ou se preponderou no espírito do trabalho o eminente puramente jurídico, que deva ser operado só pelo jurista, pelo operador do direito, ou se tem um viés de direitos humanos, de aspectos socializantes, então a gente poderia ao menos esclarecer isso aqui para orientar qualquer ação minha depois, eu não pretendo dizer mais do que já disse em relação a isso, até porque nem posso fazer, já foi com grande dificuldade que eu fiz isso, mas a gente pode até pontuar essas questões de fundo, que era o objetivo desta reunião, definir para que fique bem claro qual é o espírito ou quais são os espíritos filosóficos que se quer eleger em relação a este trabalho. Com a palavra, a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** manifestou o seu desejo de tirar uma dúvida e fazer uma proposta. Afirmou que o presente trabalho encontra-se a disposição da intranet, que já procedeu a leitura e questionou quais dos membros do Colegiado leram este trabalho. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** afirmou que conhece o trabalho até porque participou como assistente, menos a fase final. Prosseguindo a Procuradora **Jussara Maria Pordeus e Silva** fez a proposta de ouvir o trabalho feito pelo Comitê Consultivo Interno, aproveitando a oportunidade em que os técnicos que elaboraram estão presentes a esta reunião, podendo conhecer, tirar eventuais dúvidas e assim possam conhecer melhor o trabalho. Com a palavra, o Procurador **Carlos Antonio Ferreira Coêlho** solicitou permissão para ausentar-se da reunião, considerando a necessidade de participar de um curso que está realizando-se nas dependências do prédio da Procuradoria Geral de Justiça e que posteriormente tomará conhecimento da decisão do Colégio e formará sua livre convicção. Com a palavra, a Procuradora **Noeme Tobias de Souza** propôs que hoje, nesta reunião nós deveríamos aprovar o voto do Dr. Bosco,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

até porque o trabalho está “emperrado” por falta desta aprovação, no voto do Procurador João Bosco ele diz que aprova o trabalho com as modificações que ele sugeriu e pelo posicionamento do Prof. Cláudio Dantas Frota, da UFAM, ele está aceitando essa modificação, então não vê mais dificuldade de se aprovar hoje. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** sugeriu que este material, que encontra-se disponível na internet, os membros do Colégio possam ter acesso a ele com mais vagar, procedendo a sua leitura e hoje se aprove a sua sugestão, porque a sua manifestação não interfere em nada o trabalho da Comissão, apenas acrescenta algumas coisas que sejam observadas e que podem ser trabalhada depois, então a sua votação e pela aprovação evidentemente, porque não irá desconhecer este trabalho, porque seria uma situação presunçosa da sua parte se se manifestasse contra aquilo que não conhece, então dentro daquilo que pode observar, fez algumas sugestões com a aprovação do projeto, está ciente da urgência de sua aprovação e lamenta não ter feito a mais tempo, porque o assunto é de uma densidade técnica que exigiu que fosse fazer uma pesquisa e depois por algumas contingências da pauta deste Colégio não pode apreciar, então este material ficaria disponibilizado na intranet, os colegas do Comitê estão à disposição, a maior parte do tempo e depois serão trabalhados estes fundamentos na medida que cada um fosse apresentando as suas dúvidas, inclusive trabalhar a parte que lhe parece a grande motivação, da definição dos nossos princípios filosóficos, que não teve condições de trabalhar por falta de material para fazer, então a sua sugestão é pela aprovação, com a disponibilidade deste material para ser consultado na intranet. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** afirmou que a preliminar de votar, o Parecer do Dr. João Bosco é fundamental, devendo ser ultrapassada e propôs que a Secretaria do Colégio de Procuradores imprimisse as lâminas do pré-projeto de Planejamento Estratégico Institucional, elaborado pelo Comitê Consultivo Interno e entregasse a todos os Procuradores e numa próxima Sessão designada, cada um já leu e tiraríamos apenas as dúvidas com a Comissão e avançaríamos nisto aí, é de acordo que depois da leitura do Dr. Bosco já se ponha em votação o Parecer dele para avançarmos esta etapa. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou irá proceder a leitura da parte



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

conclusiva do seu relatório e passaremos a colher os votos: “Em conclusão, de tudo que expusemos, temos que o planejamento estratégico é instrumento típico de gestão empresarial, que, se aplicado no âmbito da administração pública, visa a estabelecer metas e objetivos concretos à plena satisfação do interesse coletivo. A Constituição Federal e as leis que a complementam, em virtude de assumirem eventualmente o caráter de normas pragmáticas, destinadas a direcionar a atividade do estado, são repletas de conceitos jurídicos indeterminados, que precisam ser colmatados pelo administrador, impondo-lhes uma aplicação de resultados efetivos, afastando a dubiedade ou imprecisão e atendendo, ao final, os reais anseios da sociedade. O Planejamento Estratégico do Ministério Público do Amazonas para o período de 2010/2019 precisa ser melhorado de modo a adequá-lo à sua verdadeira finalidade, porquanto se mostra repleto de expressões genéricas e sem qualquer detalhamento quanto à visão, objetivos e metas institucionais, configurando, de fato, um discurso vazio de conteúdo, orientado por uma retórica conveniente e levado a cabo apenas para atender requisitos formais. Nessa senda, para ter legitimidade, o planejamento estratégico exige concretude de suas propostas e prazo para efetivá-lo, a fim de que não se torne apenas uma carta de intenções. Deve ser ele investido de força suficiente para que em dias futuros se exija da administração superior o cumprimento das metas e objetivos traçados. Que não seja o planejamento estratégico um plano pessoal de poder, mas que sirva como instrumento de aprimoramento do Ministério Público, enquanto instituição empenhada na melhoria e otimização de suas funções constitucionais. Isso posto, voto pela aprovação do presente projeto de planejamento estratégico, desde que atendidas as alterações sugeridas na presente manifestação. Com a palavra, o Prof. Dr. **Cláudio Dantas Frota** agradeceu a todos a oportunidade de participar desta reunião e afirmou que o Planejamento Estratégico do Ministério Público será um marco e tem certeza que a participação de todos os Procuradores será contemplada no processo. Com a palavra, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos os membros do Comitê Consultivo Interno a esta reunião. Com a palavra, o Procurador **Evandro Paes de Farias** votou com o relator, achando que não só o Dr. Públio Caio, a Dra. Jussara e o Dr. Francisco fizeram ponderações



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

que dá para a gente votar com certa tranquilidade e parabenizar os colegas por achar que nós não somos perfeitos ou achar que nós estamos trabalhando bem, vê que nós temos defeito, como dizia Confúcio, ao conhecer o erro já começamos a acertar. Eu acho que nós precisamos acertar, não é apenas um documento que vai fazer com que nós estejamos certos. Obrigado Caio, Jussara, Francisco e Dr. Bosco, a gente sente feliz por ser o mais antigo e vê que a gente está procurando fazer o melhor, porque aqui no Conselho quando a gente reúne, sentimos muita dificuldade em conseguir arquivar às vezes algumas coisas ou entender como é que está sendo feito, eu acho que vale a pena um estudo mais apurado. Voto com o relator. Com a palavra, o Procurador **João Bosco Sá Valente** afirmou que está na instituição já próximo de 30 (trinta) anos e o que lhe motiva cada vez mais a participar destas reuniões é o espírito que se incutiu neste Colegiado a partir dos últimos tempos e que se imprimiu de forma definitiva e pensa que de forma irreversível, o princípio de dialética, onde nós possamos discutir a tese, a antítese sem que se leve isso para o campo pessoal, então o Dr. Caio nem de longe pense que essas observações ainda que seja uma crítica ao meu trabalho vão influenciar o meu espírito de modo a levar para o campo pessoal, porque a escola onde fui formado, a escola onde o Dr. Francisco Cruz foi formado, se nós não tivéssemos essa sensibilidade, nós seríamos a pessoa com o maior número de inimigo nessa cidade, que foi a tribuna do júri, se cada discordância em relação à tese que eu sustentasse resultasse em inimizade, talvez eu tivesse mudado de cidade, então hoje eu estou vendo aqui aquilo que eu desejei com muita sofreguidão aos longos destes anos que estou aqui, que a gente pudesse muito mais do que sermos homologatórios de decisões alheias, mas que nós puséssemos ser como somos hoje, pensadores reflexivos de tudo aquilo que passa pelo nosso espírito de modo que a gente pudesse com liberdade de consciência, com altivez, sem arrogância discutirmos claramente as nossas ideias, a gente só vai construir um novo Ministério Público se imprimirmos em nossas atitudes essa forma de pensar, então com a maior felicidade do mundo, eu digo que cada vez mais me dá gosto de dividir essas ideias com os senhores, na medida em que a gente mudou a mentalidade e hoje todo mundo pode dizer o que pensa livremente. Com a palavra, a Procuradora



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

Jussara Maria Pordeus e Silva parabenizou o relator pelas complementações feitas e com a responsabilidade e dedicação que ele se debruçou a analisar esta pesquisa, até porque tem participado de pesquisa nos últimos 5 (cinco) anos, na área de planejamento urbano, depois vai passar o resultado da última delas que está em um livro, que são 5 (cinco) anos de pesquisa sobre Planos Diretores e nos últimos 2(dois) anos uma análise qualitativa dos Planos Diretores do Amazonas e as pesquisas nesta área, obrigatoriamente, elas tem que ter participação popular e depois dos resultados das pesquisas a gente é obrigado a fazer uma assembléia com todos os movimentos sociais, sociedade civil, etc., para aprovar o resultado da pesquisa, então o fato talvez, Dr. Caio de não conhecer a metodologia científica da pesquisa, etc, mas é muito importante mesmo as opiniões, críticas, sugestões e complementações feitas mesmo por aqueles, às vezes pessoas humildes, mas que são da população, que entendem os problemas que sabem que são eles que estão passando, que a gente está pesquisando uns trabalhos para apresentar soluções para problemas deles e só eles que sentem na pele os problemas, eles são as principais pessoas que tem que ser ouvidas e conversava com o Dr. Caio aqui há pouco e não tive oportunidade de participar da primeira sessão do Colégio, infelizmente, que foi deliberado sobre este assunto, eu só achei realmente o percentual da população pesquisado um pouco baixo, porque se foram pesquisados 176 (cento e setenta e seis) servidores, 50 (cinquenta) membros não ter sido uma coisa muito equilibrada e a população não sei se eu ouvi mal, que teria sido ouvida também as Comarcas do Interior, ora se só em Manaus nós temos 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) habitantes, no Estado hoje se eu não me engano a gente tem 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) habitantes, se num universo de 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) pessoas ou se foi ouvido só o da Capital, mesmo assim nós temos 1.700.000 (hum milhão e setecentos mil), por que ouvir só 85 (oitenta e cinco) pessoas e porque? E porque ouvir só as pessoas que estavam ali procurando o Ministério Público naquele momento e não procurar as pessoas, por exemplo, porque nós temos um seguimento imenso de pessoas, que a gente resolve problemas e não são essas só que estão sentadas aí fora, como exemplo, Ministério Público já participou de negociações salariais de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

médicos, de negociações salariais de professores, quer dizer que é uma elite mais pensante e não só aquele pobrezinho que pega o ônibus, que vem e procura as Promotorias da Cidadania e Procura as Promotorias do Consumidor, tem o cliente que vem procurar o Meio Ambiente também que muitas vezes, ou aquele que é demandado, que são empresas, etc., que é um outro perfil de pessoas e aí por isso que eu entendo a colocação do Dr. Bosco de achar que deveria ter sido ouvido a população carcerária, os deficientes, etc. e aí eu incluo um outro perfil, porque até para você fazer uma pesquisa, antes você tem que pesquisar para saber quem é que tem que ser ouvido, então eu acho que até antes de saber da sociedade quem é que deveria ser ouvido, deveria ter sido ouvido os membros do Ministério Público, quem eles sugeriam, quem é a clientela, quem é que vem aqui, quem são as pessoas que procuram o Consumidor, quem são as pessoas que procuram a Cidadania que tipo de problemas que eles trazem para o Ministério Público? Tem problema de falta de moradia, dos sem teto, etc? Quem é que atua aí, eu acho que precisa de um profundo conhecimento do que a gente faz aqui, do que cada área faz aqui, porque se de repente aí eu entendo a preocupação do Dr. Bosco neste sentido, porque se a gente tem um diagnóstico incompleto, eu não estou falando em diagnóstico errado, eu acho que se a gente tem um diagnóstico incompleto da nossa situação, eu acho que as soluções vão ser incompletas e aí na hora que se transformar esses objetivos mais genéricos em objetivos mais concretos, eu acho que é necessário ter uma visão de toda atividade que a gente tem aqui, principalmente essa atividade que lida com a população, não estou falando dos Promotores da Vara Criminal, nem da Vara Cível, de Família, que atua ali só em processos, eu estou falando aquele que atende ao público e procura efetivar políticas públicas na questão da saúde, por exemplo, nestas questões, é por isso que eu achei interessante as ponderações que o Dr. Bosco fez, e importante a aprovação dessa pesquisa aqui pelo nosso Colegiado, então queria elogiar o trabalho do Dr. Bosco, elogiar também a equipe técnica, o Comitê que fez, porque isso é um trabalho pioneiro, é a primeira vez que está se fazendo, eu acho que quando se faz uma coisa pela primeira vez vai se encontrar dificuldade mesmo e as dificuldades nos próximos planejamentos serão mais completos, mais perfeitos, porque vai



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

se ver no que é que se pecou, no que poderia ter avançado, mas o meu voto é com o relator. Com a palavra, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** discorreu a respeito das reuniões do Colégio, que ordinariamente reúne-se uma vez no mês. Acredita que a exemplo dos outros Colégios, a pauta deve ser esgotada, se for o caso que haja um intervalo de tempo para os membros do Colégio fazerem uma refeição, suspendendo a Sessão por meia hora, mas que se tente esgotar a pauta, porque os outros Colégios eles tem hora para começar e vão até esgotar toda a pauta, a não ser que seja um caso como esse, um processo para julgamento com um tema mais complexo e muito técnico como esse do Dr. Bosco, acredita que com certeza vale até uma reunião extraordinária, uma reunião específica para isso, por tratar-se de um tema muito denso e que facilita o entendimento como outros colegas já falaram, somente com o Parecer do relator. Este processo entrou em pauta no início do mês e quase que passa para o mês seguinte e a reunião ficou suspensa por 3 (três) sextas-feiras, houve duas sessões seguidas e face o adiantado da hora, foi suspensa a reunião. Às vezes tem tema para ser decidido muito importante e sexta-feira que vem todo mundo já está falando da abertura dos jogos, se houver processos para serem julgados, se nós não cumprirmos a pauta, nós vamos continuar suspendendo as reuniões. Sugieri à Procuradoria solicitar à concessionária do refeitório, que prepare um lanche rápido, que será comprado e pago por cada membro do Colégio, para não se deslocar e sair, fazer um recesso de meia hora, quando for preciso e a gente tentar esgotar a pauta. Com a palavra, o Procurador **Públio Caio Bessa Cyrino** solicitou permissão para fazer um aparte, afirmando que às vezes a reunião do Colégio estende muito, por causa daquela parte pré-angular que a gente traz “o que houver” para o início e conversando com o Dr. Pedro, tem questões importantíssimas administrativas que são discutidas naquele item e quando se esgota vai para o item Processos para Deliberação e já é tarde, sugeriu já indicando o Dr. Francisco Cruz para ser o relator da matéria, para preparar uma minuta de alterar o Regimento Interno do Colégio e criar duas reuniões por mês, uma administrativa, se não tiver nenhum assunto para ser deliberado, toma-se um café e vai embora, como faz o Tribunal de Justiça. Aí tirava esta primeira parte e seriam sempre processos na reunião de processos, porque tem temas que



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

merecem a reflexão do Colégio, quando inicia uma discussão, são impedidos porque o Regimento não permite a discussão, aí mata a discussão rica e importante para os temas institucionais da administração, porque nós não temos espaço para discutir isto, só no “o que houver”, todo mundo já está com pressa, então seria uma reunião administrativa, sem processo para deliberar, para discussão, para temas administrativos, pode durar meia hora, uma hora, se não tiver nenhum assunto para discutir bate o ponto e vai embora, mas o Colégio teria uma reunião neste sentido como tem o Tribunal de Justiça e ficaria outra só para processo, eu tenho certeza que caminharia mais rápido. Com a palavra, a Procuradora **Maria José da Silva Nazaré** afirmou que seria optativo, mas independente disto, isto não interfere que sempre que possível as reuniões esgotem todos os processos que tiverem na pauta. Todos os demais membros do Colégio de Procuradores votaram com o relator. **Decisão:** o Colégio decidiu, à unanimidade dos presentes, o seguinte: **APROVAR** o pré-projeto de Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2010 a 2019, elaborado pelo Comitê Consultivo Interno, instituído pela Portaria n.º. 098/2010/PGJ, com assessoria da equipe de consultores da Universidade Federal do Amazonas, com as alterações propostas no voto do eminente Relator. **VI – Discussão e votação das matérias constantes da pauta:** não houve registro. **VII – Apresentação, discussão e votação de outras matérias:** não houve registro. **VIII – O que houver:** O Sr. Presidente registrou a presença da Procuradora Suzete Maria dos Santos, no plenário da Sessão, que estava participando de um curso. **IX – Encerramento:** nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu,, **Reinaldo Alberto Nery de Lima**, Secretário, lavrei a presente Ata, que será assinada pelo Sr. Presidente e por todos os Procuradores presentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

PEDRO BEZERRA FILHO
Presidente, por Substituição Legal

EVANDRO PAES DE FARIAS
Membro

CRISTÓVÃO DE ALBUQUERQUE ALENCAR FILHO
Membro

RITA AUGUSTA DE VASCONCELLOS DIAS
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

ALBERTO NUNES LOPES
Membro

FLÁVIO FERREIRA LOPES
Membro

JOÃO BOSCO SÁ VALENTE
Membro

SANDRA CAL OLIVEIRA
Membro

CARLOS ANTONIO FERREIRA COÊLHO
Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

NOEME TOBIAS DE SOUZA

Membro

ADALBERTO RIBEIRO DE SOUZA

Membro

MARIA JOSÉ DA SILVA NAZARÉ

Membro

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTIAGO DA CRUZ

Membro

JUSSARA MARIA PORDEUS E SILVA

Membro

PÚBLIO CAIO BESSA CYRINO

Membro



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Colégio de Procuradores de Justiça

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2010**

CERTIDÃO DE PROCESSO JULGADO

Processo nº. 371.751/2010/PGJ.

Assunto: Documento-piloto do Planejamento Estratégico Institucional para o período 2010-2019, elaborado pelo Comitê Consultivo Interno, constituído pela Portaria nº. 098/2010/PGJ, com assessoria da equipe de consultores da Universidade Federal do Amazonas.

Interessado(a): Ministério Público do Estado do Amazonas.

Relator(a): Exmo. Sr. Dr. João Bosco Sá Valente.

Decisão: o Colégio decidiu, à unanimidade dos presentes, o seguinte: **APROVAR** o pré-projeto de Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2010 a 2019, elaborado pelo Comitê Consultivo Interno, instituído pela Portaria nº. 098/2010/PGJ, com assessoria da equipe de consultores da Universidade Federal do Amazonas, com as alterações propostas no voto do eminente Relator.